

Deficiência Física

BARREIRAS ARQUITETÔNICAS - PROBLEMAS E CONQUISTAS.

1. Umuarama (PR)

"Os deficientes físicos que usam cadeira de rodas em Umuarama (a 598 km de Curitiba) já podem se locomover normalmente pelo prédio da prefeitura, pelo Centro Cultural e principais ruas e avenidas da cidade, além de contar com vagas exclusivas no trânsito caso dirijam automóveis adaptados. Proporcionar condições de locomoção para deficientes físicos em prédios públicos e nas ruas da cidade é a proposta do "Projeto Sara", lançado ontem pelo prefeito Fernando Scanavaca e pelo presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama (Adefiu), Luiz Fernando de Melo Costa. O Projeto "Sara", nome de uma garota paraplégica, filha do radialista Umuaramense Vanderlei Bellini, consiste em implantar adaptações que facilitem o livre trânsito dos portadores de deficiências físicas. O prédio da prefeitura, por exemplo, que tem 4 andares e 2 auditórios, recebeu um elevador com capacidade para nove pessoas e dois deficientes em cadeiras de rodas. Custou cerca de R\$ 19 mil.

O Centro Cultural Schubert, ao lado da prefeitura, ganhou uma rampa de acesso ao teatro, com 15 metros de extensão.

Cerca de 400 ruas e avenidas do centro da cidade e imediações já contam com pontos de rebaixamento para a passagem de cadeiras de rodas. As conquistas foram aprovadas pela Adefiu, Apae (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Umuarama.

"Este projeto é o início de uma conscientização da população em geral quanto à quebra de barreiras arquitetônicas, porque a partir do momento que o deficiente sai de casa, ele encontra uma série de barreiras físicas", diz Luiz Fernando Costa, 35 anos, comerciante e paraplégico. Ele calcula a população de deficientes físicos de Umuarama em cerca de 100 pessoas. "Muitos não saem de casa", conta.

O rebaixamento do meio-fio ocorreu principalmente nas ruas e avenidas comerciais da cidade, como a avenida Paraná, ruas Oliveira Salazar e Doutor Camargo, região do campus 1 da Universidade Paranaense (Unipar), Praça Mascarenhas de Moraes, Av Brasil e Castelo Branco, imediações das agências bancárias e do Paço Municipal."

Obs: Matéria retirada do jornal Gazeta do Povo (Curitiba, 22/09/99) texto de Alexandre Horner e foto de Pedro Tadeu.

2.

Os alunos do 3º ano do curso de Arquitetura da UFPR (Universidade Federal do Paraná), com seu projeto chamado: "Sem Limites" foram o vencedor do concurso Casa Que Protege. Esse concurso teve o objetivo de incentivar iniciativas que atendam as necessidades residenciais de pessoas idosas e portadoras de deficiências físicas. Algumas das adaptações criadas na casa: alças em banheiros, pisos antiderrapantes, fechaduras diferenciadas e mais espaço para circulação com cadeiras de rodas ou muletas, além de outras.

O trabalho foi feito pelas estudantes: Caroline Bollmann, Daniela Weiss, Débora Redondo, Lígia Moraes e Renata Bomm.

Esse projeto vencedor será usado numa casa modelo exposta na Semana do Trauma (novembro, no Parque Bari guí).
Patrocínio: Secretaria Estadual de Saúde, PUC-PR e Sociedade Brasileira de Ortopedia.

3.

A reportagem abaixo foi retirada do Jornal; Gazeta do Povo, de Curitiba, PR . Reportagem de 05 de novembro de 2000:



MÍRIAM LEITÃO

Os deficientes

O PROFESSOR José Pastore acompanhou o resultado da equipe brasileira nas Paraolimpíadas com especial interesse. Acha que a importância da conquista de 27 medalhas, seis de ouro, vai além do esporte. Há três anos Pastore estuda a inserção dos deficientes físicos no mercado de trabalho brasileiro. Os dados são dramáticos: apenas 180 mil deficientes trabalham num universo de 16 milhões.

Ele pesquisou políticas públicas e experiências do Brasil e publicará um livro nos próximos dias. Pastore tem 40 anos de dedicação ao estudo do mercado de trabalho. Com esta bagagem ele decidiu se aprofundar no tema dos deficientes. O livro descortina um mundo sobre o qual pouco se fala no país. Um mundo de brasileiros que vive apartado da sociedade pela força do preconceito das empresas e negligência do Estado. Existem políticas que estão dando certo no mundo e o professor aponta formas de aperfeiçoar a nossa legislação.

Dos 16 milhões de brasileiros com deficiência física, sensorial ou mental no Brasil, nove milhões estão em idade para estar no mercado. Dois milhões têm deficiência severa, mas os outros sete milhões são portadores de deficiência leve, ou seja, poderiam estar integrados ao mundo do trabalho. O mercado formal emprega apenas 2% deles. Nos países avançados chega-se a 30 ou 40%.

No Brasil, o isolamento começa muito antes, começa exatamente onde se criam as barreiras da exclusão: a educação. Segundo o Censo Escolar, apenas 300 mil estão estudando em escolas regulares ou especiais do Ensino

Fundamental. E apenas três mil estão no Médio.

A legislação brasileira acompanha a inclinação da maioria dos países europeus e estabelece cotas para as empresas. Quem tem acima de cem empregados teria que ter 2% de trabalhadores portadores de deficiência; de 201 a 500, 3%; de 501 a mil empregados 4%; e acima disto 5%. Poucas empresas obedecem à lei. Uma pesquisa feita pelo Senai em 99 com 516 empresas mostrou que de um total de 337.580 empregados registrados, apenas 2.414 eram considerados portadores de alguma deficiência, o que dá 0,7%.

— As empresas escapam da obrigatoriedade dizendo que não encontram trabalhador qualificado. Basta elevar as exigências de qualificação para a vaga ofertada que automaticamente se restringe a possibilidade de um portador de deficiência concorrer àquele posto, afirma Pastore.

A coluna procurou algumas empresas. Delas, a maioria sequer respondeu. A Petrobrás admitiu que não cumpre a cota. Deficientes mesmo tem só 18. Diz que como estatal só pode contratar por concurso. No último, 20 passaram inclusive o primeiro classificado para engenheiro elétrico. A General Motors alega que cumpre a lei, mas admite que foi autuada pelo Ministério do Trabalho, só que ganhou na Justiça pelo seu conceito elástico de deficiência: míopes além de um certo grau são incluídos na sua cota. A Xerox admite que tem apenas 15 trabalhadores com deficiência au-

ditiva e afirma que é muito difícil encontrar trabalhador qualificado. A Volks diz que cumpre a lei, mas o trabalho de recrutamento começou há dez anos.

Mas qual é a política mais eficiente de inserção do deficiente no mercado? "O que dá certo é a combinação em doses racionais de compulsoriedade e estimulação", diz Pastore no livro.

Boas experiências ajudam a incentivar. O McDonald's estabeleceu que todas as suas lojas tenham deficientes. Ronald Luiz Monteiro, franqueado de Santos, diz que a experiência tem sido ótima:

— Eles têm um índice de presença no trabalho muito maior que os outros funcionários, afirma.

Os Estados Unidos não têm sistema de cotas, mas têm uma legislação duríssima contra a discriminação, a ADA (American with Disabilities Act), de 90. Ela não aumentou a inserção deles no mercado. Pelo contrário. A última "Business Week" mostra que em 89 o mercado empregava 45% dos deficientes homens e 38% das mulheres. Hoje nos dois sexos está abaixo de 35%.

Na Alemanha as empresas têm que empregar 6% de portadores de deficiência; na Espanha 3%, na Holanda 3%. A Itália é a campeã: 15% e é também a campeã do desrespeito à lei.

Pastore acha que pode ser aperfeiçoado o sistema brasileiro com o uso de medidas que funcionam em outros países como a cota-contribuição. Por ela, a empresa que não cumprir sua cota, contribui para um

fundo público destinado a qualificar trabalhadores com deficiência ou subsidiar empresas que queiram preparar seu ambiente de trabalho adequadamente, construindo rampas por exemplo.

Outra forma é a da cota terceirizada, em que uma empresa contrata serviços de empresas menores que têm empregados portadores de deficiência ou de cooperativas de trabalhadores com deficiência.

Pastore acha que este tipo de solução pode ser muito útil num mundo que "tem trabalho, mas não tem emprego", como o atual. Além disso, poderia ampliar ainda mais o mercado. Existem no Brasil 25,5 mil empresas com mais de cem empregados. Se elas cumprissem a lei, seriam criados 500 mil empregos para deficientes. Mas existem 3,8 milhões de empresas com menos de cem trabalhadores. "O mundo dos portadores de deficiência está exigindo criatividade", diz ele no livro.

E esta é a hora de se encarar este problema. "As novas tecnologias prometem expandir o trabalho para os portadores de deficiência. A internet está abrindo um mundo novo para quem tem dificuldades de se locomover e o computador está diminuindo as limitações de todos. Novos avanços estão por vir", sustenta esperançoso o professor. Mais difícil de remover é a barreira do preconceito. Por isto as nossas 27 medalhas o deixaram entusiasmado. "Eles mostraram uma força que faltou aos outros".

— AGÊNCIA O GLOBO

*Experiências bem
sucedidas ajudam
a estimular a
admissão da lei*